

Entre o silenciamento e a resistência: representações da ditadura militar na obra *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski

Between silencing and resistance: representations of the military dictatorship in the novel K.: relato de uma busca, by Bernardo Kucinski

Vanessa Levati Biff¹

Resumo: Este artigo propõe uma análise crítica da obra *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, com o objetivo de investigar as representações da ditadura militar brasileira a partir das formas de silenciamento e resistência retratadas na narrativa. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter analítico-interpretativo, fundamentada na análise textual da obra e no diálogo com produções historiográficas e documentais, como Schwarcz e Starling (2015) e o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014), estabelecendo conexões entre literatura e história. A análise evidencia três formas principais de silenciamento retratadas na narrativa: o desaparecimento forçado, a censura e a negligência institucional, e três formas de resistência: a persistência na busca, as redes de apoio e o ativismo político clandestino. Conclui-se que, por articular elementos ficcionais e experiências históricas reais, a obra, caracterizada como literatura de testemunho, contribui para a elaboração de uma memória coletiva, reafirmando o papel da literatura como espaço de reinscrição de experiências traumáticas e silenciadas, ao expor os impactos da repressão sobre sujeitos individuais e coletivos.

Palavras-chave: Ditadura militar. Silenciamento. Resistência. Bernardo Kucinski.

Abstract: This article proposes a critical analysis of the novel *K.: relato de uma busca*, by Bernardo Kucinski, with the aim of investigating the representations of the Brazilian military dictatorship through the forms of silencing and resistance portrayed in the narrative. The research adopts a qualitative, analytical-interpretative approach, grounded in the textual analysis of the novel and in dialogue with historiographical and documentary sources, such as Schwarcz and Starling (2015) and the *National Truth Commission Report* (Brazil, 2014), establishing connections between literature and history. The analysis identifies three main forms of silencing depicted in the narrative: forced disappearance, censorship, and institutional negligence, and three forms of resistance: the persistence of the search, support networks, and clandestine political activism. It is concluded that, by articulating fictional elements with real historical experiences, the novel, characterized as testimonial literature, contributes to the construction of a collective memory, reaffirming the role of literature as a space for the symbolic reinscription of traumatic and silenced experiences, by exposing the impacts of repression on both individual and collective subjects.

Keywords: Military dictatorship. Silence. Resistance. Bernardo Kucinski.

¹ Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul).

Introdução

No amplo espectro da literatura brasileira contemporânea, algumas obras se destacam não apenas por sua qualidade estética, mas sobretudo pela habilidade de capturar e expressar as complexidades de períodos históricos marcantes. É o caso de *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, publicado originalmente em 2014 pela editora Cosac Naify. Ambientada em meio à ditadura militar no Brasil, a obra oferece uma experiência literária sensível ao entrelaçar elementos ficcionais e factuais, explorando com profundidade os efeitos desse regime sobre a vida dos indivíduos.

Na epígrafe da obra, o autor nos adverte: "tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu" (Kucinski, 2016, p. 12). Com efeito, *K.: relato de uma busca* não se configura apenas como um relato ficcional transcorrido no período de 1964 a 1985, o qual deixou marcas indeléveis na tessitura social e cultural do Brasil, mas também se constitui como um dispositivo narrativo que permite acessar e compreender as marcas históricas que moldaram a identidade nacional.

Diversas produções acadêmicas recorrem à obra de Kucinski para discutir, por meio da análise de sua narrativa, as memórias associadas ao período da ditadura militar no Brasil (Mügge, 2016; Santos; Benatti, 2021; Silva, 2021; Santos, 2022). Esses estudos destacam o modo como os acontecimentos históricos contribuem para a construção e consolidação da narrativa proposta pelo autor, caracterizada como literatura de testemunho. Contudo, o presente artigo propõe investigar as representações da ditadura militar brasileira a partir das formas de silenciamento e resistência retratadas na narrativa. Por meio da análise das dinâmicas sociais e políticas presentes na obra, busca-se situar tais elementos no contexto histórico e social do período, com base nos estudos de Schwarcz e Starling (2015) e nas evidências documentadas pelo *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014).

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter analítico-interpretativo, centrada na análise da obra *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski (2016). A análise textual é conduzida a partir da identificação e interpretação das estratégias narrativas que articulam eventos históricos reais da ditadura militar à ficção, com especial atenção às representações das formas de silenciamento e de resistência que caracterizaram esse período. Para contextualizar historicamente os episódios retratados, a pesquisa dialoga com produções historiográficas e documentais.

O artigo está estruturado em quatro seções analíticas. Na primeira, contextualiza-se a obra, com ênfase em sua filiação à literatura de testemunho e nas estratégias narrativas que articulam ficção e realidade histórica. Em seguida, exploram-se as formas de silenciamento retratadas ao longo da narrativa, como o desaparecimento forçado, a censura e a negligência institucional, compreendidas como mecanismos de repressão empregados pelo regime militar. A terceira seção dedica-se às formas de resistência representadas, como a persistência na busca, as redes de apoio e o ativismo político clandestino. Por fim, propõe-se uma reflexão crítica sobre os efeitos da narrativa na construção da memória coletiva, ressaltando sua relevância política e social no presente.

Ao estabelecer conexões entre literatura e história, trazemos à tona aspectos de um dos períodos mais desafiadores da história recente do Brasil, apontando como a obra de Kucinski faz reverberar os ecos desse passado, mantendo-os vivos na consciência histórica do presente por meio da elaboração ficcional.

A narrativa

K.: relato de uma busca acompanha a jornada de um pai, imigrante judeu que foi detido por suas atividades políticas na juventude, em busca da filha desaparecida, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) e militante perseguida pela repressão durante a ditadura militar. A obra se enquadra na literatura de testemunho que se caracteriza por relatar experiências pessoais significativas e acontecimentos históricos, a partir de uma perspectiva subjetiva, ainda que não diretamente autobiográfica (Silva, 2021). Assim, embora construída como ficção, a narrativa dialoga intensamente com a experiência pessoal do autor, cuja irmã, professora da USP e militante política, foi uma das vítimas do regime militar, desaparecida em circunstâncias semelhantes às descritas no romance. Conforme aponta Marco (2004, p. 20),

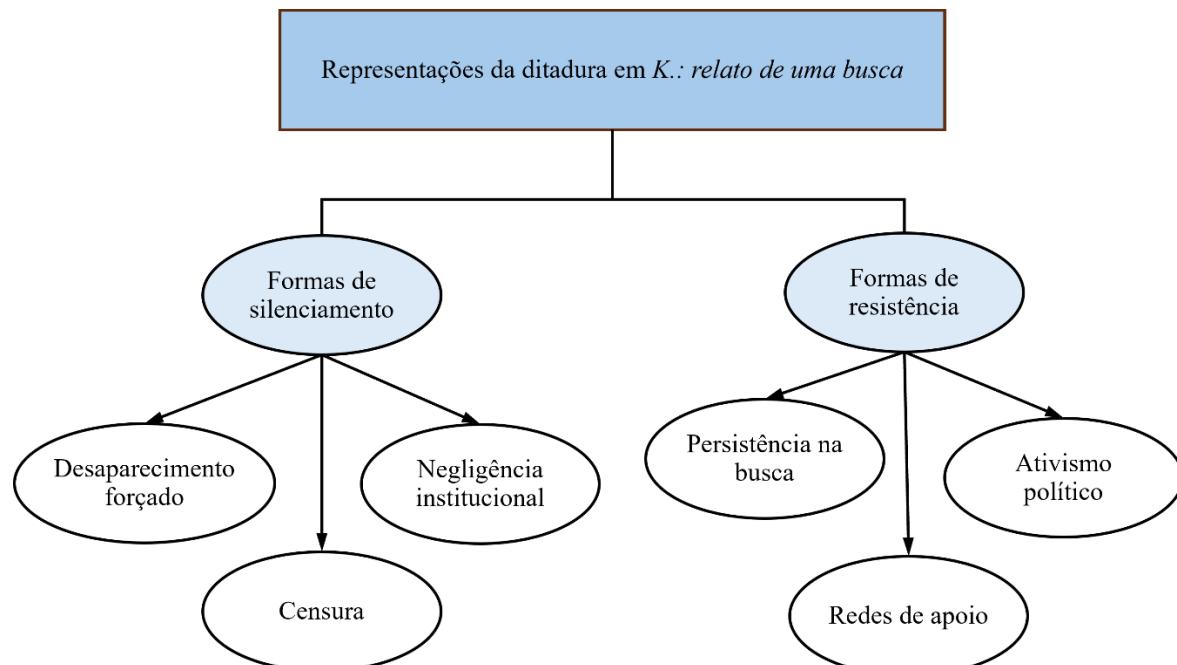
O testemunho é diferente da biografia porque, enquanto esta escolhe contar uma vida por seu interesse de caráter individual e singular, aquele reconstitui a história de um ou mais sujeitos escolhidos pela relevância que eles possam ter num determinado contexto social.

Além dos personagens protagonistas A. e K., inspirados na irmã e no pai do autor, Ana Rosa e Majer Kucinski, a narrativa incorpora nomes históricos como Sérgio Fleury, delegado do DOPS acusado de tortura e homicídios durante a década de 1970. Ademais, a ambientação da obra em locais geográficos historicamente relevantes fortalece ainda mais a conexão entre

a narrativa ficcional e os acontecimentos históricos, enriquecendo a experiência do leitor. Um exemplo é a cena em que o personagem K. é conduzido até uma residência nos arredores de Petrópolis (SP), conhecida como “Casa da Morte”, onde operava um centro clandestino de tortura mantido por agentes da repressão. Ao utilizar no enredo esse espaço, que constitui um referente histórico real, Kucinski aproxima intencionalmente a ficção da materialidade dos crimes cometidos pelo Estado, reforçando o efeito de verossimilhança que caracteriza a obra.

Nesse contexto, *K.: relato de uma busca* emerge como uma experiência literária profundamente imersiva, que não apenas descreve os horrores e as injustiças cometidas durante a ditadura, mas também se engaja ativamente contra o apagamento histórico desse período. Ao retratar os mecanismos de silenciamento impostos pelo regime militar e as estratégias de resistência que se contrapunham à repressão, a narrativa revisita os traumas desse passado e contribui para a preservação dessa memória no imaginário social. Assim, com o objetivo de sintetizar os principais aspectos representados na obra, apresenta-se, a seguir, um diagrama que organiza as formas de silenciamento e resistência retratadas, sistematizando visualmente as dimensões que serão aprofundadas nas próximas seções do artigo.

Figura 1 – Representações da ditadura militar em *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski



Fonte: elaborada pela autora (2025).

As formas de silenciamento

Durante a ditadura militar no Brasil, o governo implementou medidas autoritárias para controlar a sociedade e eliminar qualquer forma de oposição percebida como ameaça ao regime. Como consequência, houve um significativo silenciamento e repressão, especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão, manifestação política e organização social.

A obra de Kucinski (2016), ao centrar sua narrativa na busca angustiante do protagonista pela sua filha desaparecida, explora essas diversas formas de silenciamento presentes na sociedade brasileira neste período, revelando a angústia, a dor da perda e a sensação de impotência diante do sistema repressivo vigente na época.

Entre as formas de silenciamento que são exploradas por Kucinski, e que se relacionam diretamente com o contexto da ditadura militar no Brasil, encontram-se: o desaparecimento forçado, a censura e a negligência institucional. Ao examinar essas práticas, compreenderemos os mecanismos adotados pelo regime para moldar as percepções coletivas acerca da construção do Brasil nesse período.

O desaparecimento forçado

O desaparecimento da filha do protagonista é o enredo central da obra e representa uma forma de silenciamento muito utilizada durante a ditadura. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), o desaparecimento forçado de cidadãos críticos ao regime era uma prática comum, resultando em um silenciamento brutal de vozes dissidentes. As autoras revelam que mesmo antes da criação do Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão de repressão do governo brasileiro durante esse período, a ditadura violou sua própria legalidade de exceção, realizando repressão sem limites judiciais. De acordo com as autoras,

A prática da tortura instalou-se nos quartéis ainda no início do governo Castello Branco, e se espalhou como um vírus graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder — civis e militares. Ao se converter em política de Estado, entre 1964 e 1978, a tortura elevou o torturador à condição de intocável e transbordou para a sociedade (Schwarcz; Starling, 2015, p. 541).

A prática de desaparecimento forçado, aliada à tortura, representava uma das estratégias mais cruéis da ditadura, sendo empregada para silenciar e intimidar aqueles considerados opositores ao regime. Pessoas eram presas e levadas para centros de tortura e interrogatório,

muitas vezes sem deixar rastros. Familiares ficavam sem notícias e eram impedidos de buscar informações. Esse silenciamento representado na narrativa de Kucinski era, de fato, uma forma de aterrorizar a sociedade e inibir qualquer resistência.

Schwarcz e Starling (2015) destacam que desde 1964 havia uso sistemático da tortura como técnica de interrogatório e que, desde 1970, houve a instalação de centros clandestinos que serviam

[...] para executar os procedimentos de desaparecimento de corpos de opositores mortos sob a guarda do Estado, como retirada de digitais e de arcadas dentárias, esquartejamento e queima de corpos em fogueiras de pneus (Schwarcz; Starling, 2015, p. 383).

Na obra de Kucinski, esse mecanismo é desvelado no capítulo “A Terapia”, onde a personagem Jesuína Gonzaga traz relatos do funcionamento da “Casa da Morte”, situada em Petrópolis:

Era uma casa como qualquer outra, mas grande, numa ribanceira, bem lá em cima do morro, em Petrópolis. [...] os carros entravam com o preso e logo levavam ele para baixo, onde estavam as celas. [...] também tinha uma parte fechada, onde interrogavam os presos, era coisa ruim os gritos, até hoje escuto os gritos [...] levavam os presos para lá e umas horas depois saíam com uns sacos de lona bem amarrados, colocavam os sacos numa caminhonete. [...]. (Kucinski, 2016, p. 120).

Esse método de repressão tinha o objetivo não apenas de eliminar fisicamente os opositores, mas também de gerar um impacto psicológico na sociedade, criando um clima de medo e terror. O desaparecimento forçado não apenas tirou vidas, mas também dilacerou famílias e comunidades. Os parentes daqueles que desapareceram enfrentaram a angústia e a incerteza sobre o destino de seus entes queridos, sem acesso a informações ou possibilidade de realizar ritos fúnebres adequados. Esse trauma perdura ao longo das gerações, deixando cicatrizes emocionais que persistem até hoje.

Entretanto, não só subversivos eram perseguidos e desaparecidos. Embora não citados na trama literária de Kucinski, os povos indígenas, negros e homossexuais, que desde antes do período militar já sofriam com a política de exclusão instituída no Brasil, também sofreram graves violações de seus direitos humanos nesse período. De acordo com o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Relatório da CNV), a autonomia dos povos indígenas foi restrita pela prática da tutela imposta durante a ditadura, resultando na morte de muitos de seus membros devido a massacres, invasões, remoções forçadas de seus territórios, apropriação forçada de trabalho indígena, prisões abusivas, contágio por doenças infectocontagiosas, torturas e maus tratos, além da apropriação indébita das riquezas de territórios indígenas. Esses

eventos culminaram no extermínio de alguns desses povos. Estima-se que cerca de 8.350 indígenas foram mortos durante esse período da história (Brasil, 2014).

A associação entre homossexualidade e subversão também foi um dos conceitos básicos a sustentar a ideologia do regime militar e servir como justificativa para os vários tipos de repressão sobre a sociedade brasileira e, especificamente, a gays, lésbicas e travestis. Embora a homossexualidade não tenha chegado a ser a razão principal para o desaparecimento forçado e tortura dos opositores à ditadura, a sua associação à subversão e como sendo uma ameaça a sociedade brasileira foi um dos conceitos básicos a sustentar a ideologia do regime militar, tendo isso se materializado em políticas de perseguição dirigidas contra os segmentos LGBTQIA+. De acordo com o Relatório CNV, “[...] as forças de repressão viam a homossexualidade como parte relevante de uma conspiração comunista mais geral de subverter o Brasil” (Brasil, 2014, p. 303).

No caso dos negros, a apropriação do mito da democracia racial, cujo precursor foi o antropólogo Gilberto Freyre (2003), por parte do regime, reforçou o apagamento de pautas do movimento negro. De acordo com o Relatório da CNV (2014, p. 395):

[...] a população negra convivia cotidianamente com as violações de direitos humanos institucionalizadas pelo regime militar [...]. Em busca da identidade negra, eram pautas que entravam em conflito com a ideia de ‘democracia racial’ pregada pelas propagandas ufanistas da ditadura militar.

Durante esse período, a luta contra o racismo, por exemplo, era considerada pelos militares como justificativa para a formação de grupos que buscavam comprometer a ordem social do país, justificando assim a violência de Estado perpetrada contra esses grupos.

A censura

Na narrativa de Kucinski, a imposição da restrição à liberdade de expressão, inerente ao período, como uma forma de silenciamento, é evidente em diversos trechos, como neste exemplo:

Metodicamente, recolheram todos os livros, panfletos, jornais, tudo o que encontraram, como quem remove a lugar mais seguro um arsenal de guerra, para não cair em mãos inimigas (Kucinski, 2016, p. 51).

Durante o regime militar, jornais, livros, peças de teatro e toda forma de expressão artística estavam sujeitos à aprovação prévia dos censores. Schwarcz e Starling (2015)

ressaltam que a censura se estabeleceu como uma extensão articulada à máquina de repressão, voltada para a supressão de qualquer forma de contestação originada no âmbito da cultura, do pensamento e das ideias.

Todavia, na narrativa de Kucinski, a censura não se manifesta apenas como uma proibição explícita de determinadas expressões, mas como um agente que molda a própria psique dos personagens. Kucinski (2016) constrói uma trama que, além de narrar a busca angustiante do protagonista, destaca como os horrores da ditadura não podiam ser expostos ou discutidos abertamente. Essa forma de restrição é evidente nos trechos nos quais o protagonista da obra encontra obstáculos para obter informações sobre a filha desaparecida, tais como: “O farmacêutico sabe por quê, mas nada diz. Passa a discorrer genericamente, como quem ministra uma aula” (Kucinski, 2016, p. 24).

De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 387), “o governo dos militares carregava consigo uma proposta de silêncio, e utilizou a censura política como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso”. Dessa maneira, muitos evitavam o tema para não sofrerem represálias. O medo de serem perseguidos ou presos levava à autorrestrição.

A autocensura é evidente em diversos trechos da obra de Kucinski, destacando-se, especialmente, no capítulo “A reunião da congregação”. Nesta passagem, a narrativa apresenta a discussão da comissão de professores do Instituto de Química da USP sobre a proposta de rescisão de contrato da filha do protagonista, ora desaparecida, por abandono de função.

O representante dos professores assistentes, Gilberto Rubens Biancalana, chegara atrasado à reunião e agora cogita falar mas não pede a palavra, talvez de medo. [...] Miriam, representante dos auxiliares de ensino, não fala. Pensa bem da professora, uma das mais esforçadas e assíduas, mas está com medo (Kucinski, 2016, p. 147).

A obra de Kucinski, ao explorar as ramificações da censura, mergulha nas sutilezas do silenciamento imposto pelo regime autoritário. A atmosfera de medo permeia a narrativa, refletindo a autocensura que era uma reação comum à repressão do regime. Os personagens muitas vezes hesitam em expressar abertamente as informações e suas opiniões, conscientes das consequências severas que poderiam enfrentar por desafiar as normas impostas pelo governo militar, impondo um manto de autonegação em face da repressão governamental.

Na sociedade brasileira, o impacto da censura durante esse período foi profundo, afetando a pluralidade de ideias e perspectivas que são essenciais para uma sociedade democrática. Ela não apenas limitou a diversidade de informações disponíveis, como reforçou o poder da polícia, instituindo a censura sobre diversas esferas da vida.

Adicionalmente, a memória coletiva desse período também foi afetada pela censura, pois supriu ou distorceu fatos, desafiando a construção de uma narrativa histórica mais precisa (Schwarcz; Starling, 2015). Assim, ao destacar essa forma de silenciamento em sua narrativa, Kucinski nos oferece um lembrete sobre a importância de proteger e fortalecer os princípios fundamentais da liberdade de expressão, garantindo que eventos sombrios do passado não se repitam.

A negligência institucional

Na obra de Kucinski, a negligência institucional como forma de silenciamento se apresenta de diversas formas. O autor enfatiza na sua narrativa que as instituições ocultavam informações sobre o paradeiro dos desaparecidos, e os familiares eram mantidos no escuro, impedidos de obter detalhes sobre o que havia acontecido com seus entes queridos.

De acordo com Schwarcz e Starling (2015), durante a ditadura, a manipulação da informação se constituiu como uma estratégia para controlar a narrativa pública. As instituições do Estado, como a polícia e o judiciário, frequentemente ignoravam os casos de desaparecimento político. Familiares eram tratados com descaso, e as investigações eram superficiais.

Em *K.: relato de uma busca*, os informantes dizem ao personagem que sua filha ora foi presa, ora está em Portugal. Chegam inclusive a encaminhar uma carta falsa, fazendo-a parecer enviada pela personagem desaparecida. Contudo, no comunicado emitido pelos militares, o protagonista verifica que não há registro algum de seu paradeiro, ao que conclui: “[...] nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional” (Kucinski, 2016, p. 64).

Na busca por informações, o protagonista também recorre a órgãos internacionais, tais como Anistia Internacional, Comissão de Direitos Humanos da OEA, Cruz Vermelha e American Jewish Committe, onde, entretanto, não obtém nenhuma informação confiável. O narrador, por fim, complementa: “Disseram que, segundo o governo brasileiro, nada constava sobre a filha. É claro, foram perguntar aos bandidos, se eles eram bandidos” (Kucinski, 2016, p. 55). A partir desses eventos, a narrativa destaca como a verdade foi distorcida ou obscurecida para servir aos interesses do regime.

A negligência institucional também é evidente na impunidade e ausência de responsabilização pelas violações dos direitos humanos cometidas por agentes do Estado. Na

obra, o autor enfatiza a impunidade aos perpetradores de abusos que não enfrentaram consequências legais significativas. De fato, o Relatório da CNV concluiu que, durante o regime militar, o Supremo Tribunal Federal (STF) mostrou um comportamento errático, ora não conhecendo pedidos de *habeas corpus* em que a autoridade coatora fosse militar, ora se declarando incompetente para julgar *habeas corpus* impetrados por adversários do regime. No âmbito da Justiça federal e estadual, evidenciou-se um notável abuso do direito de defesa por parte da União e dos agentes da repressão que estavam sendo processados. Além disso, observou-se um comportamento dos órgãos judicantes, especialmente das instâncias superiores, predominantemente guiado pela interpretação do STF (Brasil, 2014).

Essa interpretação persiste até os dias atuais, já que, com efeito, o Estado tornou-se conivente com as violações dos direitos humanos perpetradas pelos militares. No enredo de Kucinski, essa constatação é denunciada no seguinte trecho:

[...] A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após do fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores dos centros de tortura. Não sabem que, exceto o já justiçado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua (Kucinski, 2016, p. 29).

Com efeito, ao final do regime, os militares demandaram a garantia de que permanecesse intocável quem tivesse se envolvido com a repressão política. A Lei da Anistia, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, instituiu a cláusula de reciprocidade que estendia a concessão de anistia a todos que cometiveram crimes políticos ou conexos. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 399),

Foi essa cláusula que aprovou a impunidade para os militares e, mais de trinta anos depois, continua impedindo a responsabilização individual dos coautores dos crimes praticados pelo Estado durante a ditadura, incluindo tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. A Lei da Anistia garantiu a segurança jurídica da caserna e tornou as Forças Armadas inimputáveis.

Desse modo, conforme concluíram as autoras, “os militares saíram intocados do governo — e assim permanecem até hoje” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 391), visto que a justiça ainda considera a Lei da Anistia como um impedimento para o processamento e a investigação de graves violações aos direitos humanos cometidas pelos agentes da repressão durante o período da ditadura.

Essa impunidade lança uma sombra sobre o processo de construção de uma memória coletiva, fundamental para compreender e superar os traumas da ditadura. A ausência da prestação de contas compromete a capacidade da sociedade de aprender com os erros históricos e reforça a percepção de que certas violações podem ocorrer sem repercussões significativas. Assim, o reconhecimento desses crimes, a busca pela verdade e a responsabilização dos perpetradores são fundamentais não apenas para as vítimas e suas famílias, mas também para a garantia de que tais atrocidades não se repitam.

As formas de resistência

O período da ditadura foi marcado por repressão política, censura e um ambiente de silenciamento muito bem representado na narrativa de Kucinski. No entanto, em meio a essa adversidade, emergiram diversas práticas de resistência que desafiam as imposições autoritárias. Frequentemente articuladas de maneira clandestina, essas iniciativas foram importantes contra a tentativa de suprimir vozes dissidentes e para defender a democracia e os direitos fundamentais.

Na obra *K.: relato de uma busca*, Kucinski explora essas diversas formas de resistência que se relacionam diretamente com o contexto da ditadura militar no Brasil, dentre as quais encontram-se: a persistência na busca, as redes de apoio e o ativismo político clandestino. Ao examinar essas práticas, compreendemos como indivíduos, grupos e movimentos ousaram desafiar a opressão, contribuindo para a preservação da memória histórica deste período.

A persistência na busca

A persistência na busca do protagonista pela verdade por trás do desaparecimento de sua filha, que permeia grande parte da obra, representa uma resistência ativa contra a prática de desaparecimento forçado, censura e negligência institucional adotada pelo regime. A busca pela verdade é uma forma de confrontar a narrativa oficial e desafiar a manipulação e ocultação de informações imposta pelo Estado. Assim, a busca incansável do protagonista, que persevera na procura de sua filha, mesmo diante dos obstáculos e da ausência de respostas, é, por si só, um ato de resistência contra as práticas de silenciamento impostas pelo regime.

Mesmo após o término da ditadura, familiares, ativistas e organizações de direitos humanos persistiram em buscar a verdade e a justiça para as vítimas da repressão política. Um

marco significativo nesse contexto foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em novembro de 2011, durante o governo da presidente Dilma Rousseff. A CNV foi responsável pela apuração de casos de tortura, desaparecimentos forçados, execuções sumárias e outras violações cometidas por agentes do Estado nesse período. Schwarcz e Starling (2015, p. 399) destacam a importância simbólica desse ato, afirmando que ele “representa a afirmação de um direito da cidadania brasileira na elaboração de uma memória coletiva sobre as graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar”.

As investigações da CNV contribuíram para o reconhecimento oficial dos crimes cometidos durante a ditadura. Ao documentar casos de tortura, perseguições políticas e violações sistemáticas dos direitos, a CNV preservou a memória coletiva. Esse registro é essencial para as gerações presentes e futuras entenderem os desafios enfrentados pelo Brasil em sua trajetória rumo à democracia e no respeito aos direitos humanos.

As redes de apoio

As redes de apoio também se apresentam em *K.: relato de uma busca* como forma de resistência contra a repressão do regime autoritário. A solidariedade entre os familiares dos desaparecidos, presente na obra, constitui uma forma de resistência coletiva, proporcionando conforto emocional e apoio entre aqueles afetados pela repressão do regime. Em um ambiente marcado pelo medo e pela censura, as redes de apoio ofereciam um espaço para a expressão de sentimentos e a partilha de experiências.

Na trama de Kucinski, o protagonista também encontra ajuda do arcebispo de São Paulo, que promove uma reunião com as famílias dos desaparecidos em busca de informações. Schwarcz e Starling (2015) relataram que durante a ditadura militar, a Igreja Católica, que num primeiro momento contribuiu para o clima de desestabilização nos meses que antecederam o golpe, de fato, atuou posteriormente como uma rede de apoio em oposição ao regime. Segundo as autoras,

A comprovação da prática da tortura pelos militares levou um grupo de bispos da Igreja católica ao campo da oposição e a utilizar seus próprios canais de comunicação para fazer chegar à opinião pública internacional relatos sobre tortura no Brasil (Schwarcz; Starling, 2015, p. 384).

O relatório da CNV avalia como contraditória a atuação da Igreja Católica, já que “evoluiu de uma posição neutra ou conservadora para a denúncia sistemática da violência da ditadura e a firme defesa dos direitos humanos” (Brasil, 2014, p. 384).

No entanto, Schwarcz e Starling (2015) destacam o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como espaços de resistência e mobilização social. As CEBs eram grupos ligados à Igreja Católica que buscavam promover a participação ativa dos fiéis na vida social e política, com uma ênfase especial nas questões de justiça social e direitos humanos. Elas proporcionaram um espaço para denúncia de violações dos direitos humanos cometidas pelo regime militar, oferecendo apoio às vítimas e suas famílias, como também para a organização popular, permitindo que as comunidades locais se reunissem e discutessem questões sociais e políticas (Schwarcz; Starling, 2015).

Por conseguinte, as redes de apoio foram a base para a mobilização de movimentos oposicionistas para reimplantar a democracia no Brasil, não mais pela luta armada, mas pela ocupação dos caminhos legais disponíveis para atuação política. Para tanto, foi necessário incorporar, além das organizações e grupos clandestinos de esquerda, uma diversidade de vozes vindas da sociedade. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), foi nos salões paroquiais das igrejas de bairro que a população desassistida pelos poderes públicos despertou a consciência crítica para a mudança.

O ativismo político clandestino

O ativismo político clandestino desempenha um papel significativo na narrativa de Kucinski. À medida que a trama se desenvolve, ela expõe os perigos, as estratégias, os dilemas morais e a complexidade desse engajamento político em um contexto repressivo. É ao longo da busca que o protagonista descobre que sua filha, além de casada, estava envolvida na luta clandestina, mas, ao ser surpreendido com a revelação de sua militância velada, ele pondera que “de modo trágico, entendeu as razões do segredo” (Kucinski. 2016, p. 43).

Durante a ditadura, grupos e indivíduos envolveram-se em ativismo político, organizando-se de maneira clandestina para resistir ao regime. Essas ações muitas vezes ocorreram nas sombras, representando uma resistência contra as restrições impostas à participação política. A obra de Kucinski destaca a coragem daqueles que resistiram ao regime, muitas vezes arriscando suas vidas em nome do engajamento político. O capítulo “A queda do ponto” expõe os personagens ligados ao ativismo político, mesmo diante das ameaças e do

clima de medo. Essas formas de resistência presentes na trama não apenas refletem a tenacidade individual dos personagens, mas também ecoam as estratégias adotadas por muitos na sociedade da época para enfrentar a repressão. Ao explorar essas formas de resistência, a obra destaca a resiliência do espírito humano e o poder de desafiar sistemas autoritários mesmo nas circunstâncias mais adversas.

Schwarcz e Starling (2015) apontam algumas organizações de resistência durante a ditadura, tais como a Guerrilha do Araguaia, um movimento guerrilheiro existente na região amazônica, combatida pelas Forças Armadas a partir de 1972. Na narrativa de Kucinski, o episódio é rapidamente mencionado: “K. pela primeira vez ouvia alguém falar do Araguaia; ficou sabendo que muitos rapazes tinham sido presos pelas Forças Armadas no meio da floresta amazônica e executados lá mesmo” (Kucinski. 2016, p. 24).

Ao longo da ditadura, o ativismo político desempenhou um papel crucial na formação de uma consciência democrática entre os brasileiros. Enfrentando riscos pessoais, esses ativistas transmitiram a ideia de que a luta pela democracia era uma causa justa e necessária. Juntos com as redes de apoio, foram essenciais na organização de protestos, greves e outras formas de resistência, contribuindo para a construção de um movimento coeso em prol da democracia.

Vários movimentos sociais e formas de ativismo emergiram nesse contexto desafiador. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), a emergência de novas formas de militância política que se consolidaram ao longo da década de 1970, exemplificadas pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), o Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, impulsionou o debate público sobre a tolerância no contexto dos direitos civis. Esses movimentos ampliaram os horizontes da luta democrática ao reivindicar o reconhecimento da diferença na busca por igualdade e universalidade de direitos.

Considerações finais

Este trabalho buscou a partir da obra literária de Kucinski (2016) explorar as complexidades sociais, políticas e culturais do Brasil durante o regime militar, contextualizando-as com os estudos históricos de Schwarcz e Starling (2015) e do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014). Por meio desta obra, foi possível examinar as formas de silenciamento e resistência inerentes ao período, as quais moldaram a sociedade

brasileira, uma vez que ambos os aspectos desempenharam um papel significativo na construção da cultura e da identidade nacional.

Por preservar a memória de eventos históricos traumáticos, a obra de Kucinski se constitui como um importante obra literária que nos ajuda a compreender as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar, e sobre a importância da memória e da luta pela justiça. À medida que identificamos as formas de silenciamento existentes na narrativa, e a contextualizamos no cenário político-social, compreendemos que esse fenômeno envolveu diversas estratégias adotadas pelo regime para controlar a narrativa histórica, influenciando a forma como a sociedade brasileira se via e como as pessoas participavam da vida política, social e cultural.

O processo de redemocratização trouxe consigo um esforço para enfrentar o legado desse período autoritário e promover a liberdade de expressão e os direitos humanos. A Lei da Anistia de 1979, por exemplo, foi um instrumento que, embora buscasse reconciliação nacional, também implicou um certo esquecimento dos abusos cometidos durante a ditadura. O perdão amplo e geral permitiu que muitos eventos traumáticos fossem deixados de lado, impactando a memória coletiva e influenciando a construção da identidade nacional.

Essas práticas de silenciamento permitiram o surgimento de uma nostalgia seletiva entre alguns setores da sociedade. Conforme salientam Schwarcz e Starling (2015), enquanto as camadas mais progressistas enxergam a ditadura como uma época de ampla violação de direitos humanos, os setores mais conservadores o recordam com nostalgia, sendo lembrada por esse grupo como o momento em que o país permaneceu livre de esquemas de corrupção e afastado da ameaça comunista. Assim, as estratégias de silenciamento reverberam na relutância em lidar plenamente com os abusos cometidos durante o regime, culminando em um processo de esquecimento e negação de parte da história recente do Brasil, que por muito tempo influenciou a construção da identidade nacional ao evitar uma reflexão crítica sobre esse período.

Por conseguinte, enfatizamos a importância de obras como a de Kucinski, pela capacidade de revelar memórias ocultas ou pouco conhecidas sobre a ditadura, que, embora ficcionalizadas, oferecem uma visão complementar, aumentando a conscientização sobre os aspectos políticos, sociais, culturais da época.

A partir das estratégias de resistência identificadas na narrativa de Kucinski, também possibilitamos compreender, mesmo diante da violência sistemática do regime militar, como emergiram práticas sociais capazes de confrontar o autoritarismo e sustentar a luta por direitos

fundamentais. Tais formas de resistência, expressas na persistência da busca, nas redes de solidariedade e no ativismo político, foram fundamentais para a construção de uma memória coletiva voltada à preservação da democracia, resultando na criação de comissões e organizações voltadas para a responsabilização e luta pela reparação.

Não há como negar que esse período sombrio foi o que reforçou a afirmação de que a democracia é nosso maior legado para as próximas gerações. Após esse episódio, o Brasil engajou-se na luta pelos direitos, pelas liberdades públicas e pela consolidação das instituições democráticas. Todavia, é importante ressaltar, com base em Schwarcz e Starling (2015), que nossa democracia convive perversamente com a injustiça social. Embora se defenda uma agenda de direitos em prol do tratamento igualitário, é crucial não perder de vista que o Brasil é moldado por desigualdades que precedem o período da ditadura.

Dessa forma, ao entrelaçar ficção e testemunho, a obra de Kucinski não apenas rememora as violências perpetradas pela ditadura militar, como também convoca o leitor à reflexão crítica sobre as heranças desse período na sociedade contemporânea. Ao dar forma narrativa às experiências de silenciamento e resistência, o romance se afirma como um instrumento de denúncia e memória, reafirmando o papel da literatura como espaço privilegiado para reinscrição das experiências silenciadas e para a defesa intransigente da democracia.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

KUCINSKI, B. K.: *relato de uma busca*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LIMA, C. B. S.; BENATTI, A. R. Memória e resistência: A Ditadura Brasileira em “K. – relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski. *ILC Cadernos*, n. 44, p. 321-331, 2021. Disponível em: <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/771>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MARCO, V. de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*, n. 62, p. 45-68, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MÜGGE, E. K. – relato de uma busca: a ficção a serviço da revisão da história nacional. *Signo*, v. 41, n. Especial, p. 95-104, 16 mar. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/7331>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SCHWARCZ, L.M; STARLING, H. M. Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, R. A. G. Identidade e testemunho em K. - Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 15, n. 28, p. 115-120, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/36584> . Acesso em: 22 nov. 2023.

ISSN: 1984-4921

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v17.n39.08>

Submetido em: 06/08/2025

Aprovado em: 06/11/2025